



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo de Finanças, Suprimentos e Gestão de Contratos-CRS-DRS16-NFSGC**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 024.00025959/2025-37

**Interessado:** DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAUDE - DRS VI

**Assunto:** Solicitação de contratação de serviços terceirizados Home Care - Murilo Thiago

***DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SOROCABA – DRS XVI***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026**

(Processo Administrativo nº 024.00025959/2025-37)

Torna-se público que o(a) *Departamento Regional de Saúde de Sorocaba – DRS XVI*, por meio do(a) NFSGC – Núcleo de Finanças, Suprimentos e Gestão de Contratos, sediado(a) *Rua Direitos Humanos, 123, Jardim do Paço, Sorocaba, São Paulo*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a *contratação do serviço de atendimento domiciliar “home care”*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por um único item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõem.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os todos os itens, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

*4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento* [\[ESPI\]](#).

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no item 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no item 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos na subdivisão acima, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicaf, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de

aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes](#).

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.5.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a subdivisão acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal dos custos de todos os itens listados no Anexo I do edital, e o valor total estimado para o período de 15 meses;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes

desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (*sessenta*<sup>[ESP2]</sup>) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato<sup>[ESP3]</sup>.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE**

### **LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Item	Valor de Redução
01	R\$ 500,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas na subdivisão acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas<sup>[ESP4]</sup>, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício,

em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado *e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital*<sup>[ESP5]</sup>.

7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

*a) Esta subdivisão não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra*[\[ESP6\]](#).

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e



funcionalidades previstas na prova de conceito.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz[\[ESP7\]](#).

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).



8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas<sup>[ESP8]</sup>, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no item 8.10 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital[ESP9] .

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preço.*

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio e-mail: drs16-licitacao@saude.sp.gov.br* [ESP10] .

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*<sup>[ESP11]</sup>: do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet*<sup>[ESP12]</sup> do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2<sup>[ESP13]</sup>.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo<sup>[ESP14]</sup>.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento



*nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO [ESP15] I - Termo de Referência;*

*14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;*

14.15.3. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

Sorocaba, 25 de Fevereiro de 2026.

**Carlos Eduardo Ribeiro de Moura**

Diretor Técnico da Saúde III

Departamento Regional da Saúde de Sorocaba – DRS XVI

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**<sup>[ESP16]</sup>

**ANEXO I.1**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ANEXO II**

**[CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL**<sup>[ESP17]</sup>**]**

**ANEXO III**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO III.1**<sup>[ESP18]</sup>

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO BEC	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Ribeiro De Moura, Diretor Técnico de Saúde III**, em 26/02/2026, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0098951209** e o código CRC **3426F2E8**.

ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-XVI SOROCABA

## Estudo Técnico Preliminar 190/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00025959/2025-37

### 2. Descrição da necessidade

A presente Contratação se justifica devido a necessidade em atendimento a ação judicial-processo nº4430120110030300,

COMARCA DE PIEDADE – 1ª VARA

do autor M.T.M.M, hoje com 15 anos, com doença congênita definida pela medicina como Miopatia Mitocondrial, em uso de gastrostomia para alimentação enteral devido a dificuldade de deglutição desde 2011, conforme laudo médico da Dra. Mara Lúcia Corra CRM-069937. Hoje dependente de BIPAP para ventilação artificial. Constante em folhas 03 e 04 do processo judicial.

Em razão do quadro apresentado, foi indicado a realização de tratamento multidisciplinar. em Empresa Especializada, na modalidade.

De acordo com a sentença, parte integrante do processo judicial acima citado, o magistrado determina o fornecimento do serviço, composto de atendimento profissional multidisciplinar necessários, conforme prescrição médica.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ação judicial-gaj	Patricia Buarque Valente Galhardo

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, ofertando mão-de-obra, fornecendo equipamentos e insumos descritos no Termo de Referência, assumindo seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.2 Manter pessoal técnico e em número suficiente para a realização dos serviços;

3.3 Apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente de responsável técnica da empresa, em plena validade;

3.4 Enviar mensalmente relatórios discriminando as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado e assinado pelo(s) profissional(is) que realizou(ram) o atendimento.

3.5 Executar os serviços nas dependências da residência do autor, sito

**Estrada dos Lavradores, Km 09, Bairro Piraporinha – Piedade- S.P., CEP: 18170-000 conforme autos do processo judicial.**

Os serviços deverão ser executados pelo prazo inicial de 15 (quinze) meses, prorrogáveis até 10 anos.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado baseou-se 100% em pesquisas junto a potenciais empresas prestadoras de serviço de home care, devido as especificidades solicitadas para a individualidade do paciente.

Os orçamentos solicitados às empresas especializadas para cumprimento do solicitado na ação judicial, estão anexas ao processo Sei nº024.00025959/2025-37.

6. Descrição da solução como um todo

A escolha da solução se deu através de pesquisa de mercado e do conhecimento técnico e prático do objeto a ser contratado, através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado.

Sendo assim, de uma forma geral, Identificou-se que para o fornecimento de Serviço de Atenção Domiciliar (Home Care) em atendimento de mandado judicial, predomina a contratação através de pregão eletrônico.

De modo geral, a contratação dos serviços por intermédio de pregão, traz na maioria das vezes, o ganho econômico, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender dos quantitativos a serem contratados pela Administração em Edital.

O Cumprimento da ordem judicial, se dará por meio de contratação de empresa especializada em serviços continuados de cuidados de saúde em regime domiciliar, tipo home care, capaz de fornecer medicamentos, insumos, mão-de-obra de cada especialidade, transporte para unidade hospitalar e demais prescrições solicitadas na ação judicial.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1.0 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL		Quantidades máximas / mês:
1.1.	Técnico de enfermagem - 24h	31 plantões/mês
1.2.	Enfermeiro - visita semanal	04 visitas/mês
1.3.	Fisioterapia motora – 01 sessão/dia	31 sessões/mês
1.4.	Fisioterapia respiratória - 02 sessões/dia	62 sessões/mês
1.5.	Fonoaudióloga – 05 sessões/semana	20 sessões/mês
1.6.	Médico gastroenterologista – 01 visita mensal	01 visita/mês
1.7.	Médico pediatra – 01 visita/semana	05 visitas/mês

1.8.	Médico Neurologista infantil (a cada 03 meses)	01 visita/trimestral
1.9.	Nutricionista -01 visita quinzenal	02 visitas/mês
1.10.	Pneumologista – 01 visita/mês	01 visita/mês
1.11.	Psicólogo – 01 visita/quinzenal	02 visitas/mês
1.12.	Terapeuta Ocupacional – 04 sessões/semana	16 sessões/mês
1.13.	Odontologista – 01 visita/procedimento/mês	01 visita/mês
<b>2.0. EQUIPAMENTOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
2.1.	Ambú infantil	01 unidade/mês
2.2.	Aparelho de aspiração portátil de aspiração de cânula de traqueostomia e secreções (aspirador elétrico)	01 unidade/mês
2.3.	Bateria para Nobreak	01 unidade/mês
2.4.	BIPAP	01 unidade/mês
2.5.	Bomba de infusão	01 unidade/mês
2.6	Inalador	01 unidade/mês
2.7	Nobreak com 02 baterias externas compatíveis	01 unidade/mês
2.8	Cilindro de Oxigênio 4m³ (repor sempre que necessário)	20 unidades/mês
2.9	Oxímetro de mesa	01 unidade/mês
2.10	Oxímetro de pulso portátil	01 unidade/mês
2.11	Suporte de soro para alimentação enteral	01 unidade/mês
2.12	Válvulas para oxigênio	01 unidade/mês
<b>3.0. MEDICAMENTOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>

3.1.	Sulfato de Salbutamol 2,5mg/2,5ml – (caixa com 20 Flaconetes) - Frasco com 2,5ml - Utilizar 06 gotas de 6/6h	04 caixas/mês
3.2.	Acetilcisteína Xarope 40mg/ml – Dar 7,5ml por GTM de 8/8h se necessário – (frasco com 120ml)	06 frascos/mês
3.3.	Acetilcisteína 100mg/ml - ampola para inalação – Nebulizar 01 ampola de 8/8h se necessário – (caixa com 05 ampolas)	18 caixas/mês
3.4.	Adrenalina 1mg/ml – Ampolas de 1ml – Caixa com 01 ampola de 1ml – Nebulizar com 02 ampolas se sangramento traqueal até de 4/4h	15 ampolas/mês
3.5.	Brometo de Ipratrópio – Nebulizar 20 gotas de 8/8h	02 Frascos/mês
3.6.	Budesonida 32mcg – aplicar 02 jatos em cada narina de 12/12h (Frasco com 120 doses)	02 Frascos/mês
3.7.	Butilbrometo de Escopolamina Gotas + Dipirona Sódica – Dar 24 gotas de 8/8h via GTM se dor. (Frasco com 20 ml)	03 Frascos/mês
3.8.	Vitamina D 200un - Dar 05 gotas via GTM 1x/dia	02 Frascos/mês
3.9.	Loção oleosa a base de Triglicerídeos de Ácidos Cáprico e Caprílico, Óleo de girassol clarificado, Lecitina, Palmitato de retinol, Acetato de Tocoferol e Alfa-Tocoferol. (frasco com 200ml) - Aplicar no corpo 4x/dia	02 frascos/mês
3.10.	Dipirona gotas – (frasco de 20 ml) – Dar 24 gotas via GTM de 6/6h em caso de dor	02 Frascos/mês
3.11.	Domperidona solução 1mg/ml – (Frasco com 100ml) – Dar 10ml Via GTM de 8/8h	08 Frascos/mês
3.12.	Saccharomyces boulardii - Pó oral 200 mg/g – Dar 01 sachê de 12/12h em caso de diarreia – (Caixa com 04 envelopes com 1g)	02 Caixas/mês
3.13.	Ibuprofeno – 100mg/ml – Dar 24 gotas via GTM de 8/8h em caso de dor ou febre – (frasco com 20ml)	03 Frascos/mês
3.14.	Polivitamínico Suspensão Oral Tutti-Frutti - composto por uma seleção balanceada de vitaminas e minerais, incluindo vitaminas A, C, D, E, complexo B, zinco, ferro e outros nutrientes essenciais para o crescimento saudável e o desenvolvimento infantil. – Frasco com 100ml – Dar 05ml via GTM 1x/dia	02 Frascos/mês
3.15.	Lactulose Xarope oral 667 mg/ml – Dar 10 ml via GTM 1x/dia – (Frasco com 120ml)	03 Frascos/mês



3.16	Simeticona gotas – Dar 24 gotas de 8/8h em caso de gases (farsco com 15ml)	08 Frascos/mês
3.17	Omeprazol 20mg – Dar 01 cp via GTM de manhã em jejum – (Caixa com 28 comprimidos)	02 caixas/mês
3.18	Fosfato Sódico de Prednisolona 3mg/ml – Dar 8ml via GTM 1x/dia se necessário	04 Frascos/mês
3.19	Cetoprofeno 20mg/ml Gotas – Dar GTM 24 gotas de 8/8h em caso de dor (frasco com 20ml)	03 Frascos/mês
3.20	Salbutamol 100mcg – Aplicar 04 puffs na TQT de 6/6h se necessário (Frasco spray com 200 doses)	05 Frascos/mês
3.21	Fumarato de Formoterol Di-Hidratado + Budesonida – (Frasco com 120 doses) – Aplicar 01 Puff via TQT de 12/12h	01 Frasco/mês
3.22	Pomada óxido de zinco com nistatina – (Bisnaga com 60gr) – aplicar em região perineal a cada troca de fraldas	04 Bisnagas/mês
3.23	Hialuronato de sódio 0,15% colírio – pingar 01 gota em ambos olhos de 2 /2h- (frasco com 10ml)	04 Frascos/mês
3.24	Macrogol 3350 17g – Dar 01 sachê via GTM 1x/dia- (caixa com 14 envelopes com 17,5 g)	03 caixas/mês
3.25	Pomada Kolagenase com Clorafenicol – aplicar nas lesões 3x/dia se necessário – (Bisnaga com 50g)	01 Bisnaga/mês
3.26	Dexpantenol 50mg/g – gel oftálmico estéril – Aplicar em ambos os olhos a cada 8h – (bisnaga com 10 g)	02 Frascos/mês
3.27	Cloridrato de moxifloxacino 5,45mg/ml Colírio ( Solução oftálmica estéril) – Pingar 01 gota em ambos os olhos de 6/6h – (Frasco com 05 ml)	03 Frascos/mês
3.28	Amoxicilina com Clavulanato 400 + 57.5 ml – Dar 8ml via GTM se necessário por 10 dias – (Frasco com 70ml)	02 Frascos/mês *S/N
3.29	Axetilcefuroxima Pó Suspensão 250mg/5ml - (frasco com 50ml) – Dar 5ml de 12/12h se necessário por 10 dias	02 Frascos/mês *S/N
3.30	Ceftriaxona 1g – aplicar 1g IM de 12/12h se necessário por 10 dias – (caixa com 01 frasco ampola de 1g + 01 ampola diluente de 3,5ml)	10 ampolas/mês *S/N
3.31	Cefaclor 375mg/5ml – Dar 6ml via GTM de 12/12h se necessário por 10 dias (Frasco com 100ml)	02 Frascos/mês *S/N

3.32	<b>Azitromicina 200mg/5ml – dar 6ml via GTM 1x/dia se necessário por 10 dias - (caixa com 1 frasco com 1500mg de pó para solução de uso oral + 1 frasco com 22mL de diluente + seringa dosadora)</b>	03 Frascos/mês *S/N
3.33	Cefadroxila 250/5ml Suspensão- (Pó para suspensão oral Frasco com 100ml) – Dar 7,5ml de 12/12h se necessário por 10 dias	01 frasco/mês *S/N
3.34	Claritromicina 250mg/5ml – Dar 5ml de 12/12h se necessário por 10 dias – (Frasco com 60ml)	02 Frascos/mês *S/N
3.35	Vitamina C 500mg – Dar 01 cápsula 1x/dia – (Caixa com 30 cápsulas)	02 Caixas/mês
3.36	Vitamina E 200mg – Dar 01 cápsula 1x/dia -(Frasco com 60 cápsulas)	01 Frasco/mês
3.37	Coenzima Q10 100mg – Dar GTM 02 sachês 8/8 – (Caixa com 30 sachês)	186 sachês/mês
3.38	Tiamina 10mg + Riboflavina 50mg + Piridoxina 900mcg +L carnitina 900mg + Biotina 5mg + Cobalamina 50mcg - (manipulado) – Dar 01 sachê 2x/dia	62 sachês/mês
3.39	Antisséptico bucal - Clorexedine 12% + Aroma de menta 0,5% + água destilada qsp 200ml +aroma de Tutti frutti + sem álcool na composição – (manipulado) – Frasco de 200ml - Aplicar na boca 2x/dia	01 Frasco /mês
3.40.	Soro Fisiológico 0,9% - (frasco de 500 ml) - Uso na nebulização contínua	15 frascos/mês
3.41.	Solução oral dipirona 500mg + adifenina 10mg + prometazina 5mg gotas – Dar 20 gotas via GTM se dor até 8/8h - (Frasco com 20 ml) Se necessário	03 frascos/mês *S/N
3.42.	Cefdinir - 250mg - Pó para suspensão oral 250 mg/ 5 ml: embalagem com 1 frasco de 100mL.  Dar GTM 7ml 1x/dia por 10 dias – Se necessário	01 frasco/mês *S/N
3.43.	Pomada para prevenção de assaduras - Óleo de calêndula: ação anti-inflamatória. Óxido de zinco: ação absorvente, secante, e protetora, minimiza a fricção da pele. Óleo de amêndoa doce e lanolina: ação hidratante. – Uso a cada troca de fraldas. (Bisnaga de 120g)	03 bisnagas/mês
3.44.		01 bisnaga/mês *S/N

	Pomada Cetoconazol 20 mg + Dipropionato de Betametasona 0,64 mg – aplicar em região genital – Bisnaga de 30g - Se necessário	
3.45.	Xarope – Levocetirizina 2,5/ml – frasco de 120ml – 4ml/dia	02 frascos/mês
<b>4.0. MATERIAIS / INSUMOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
4.1.	Água destilada 500ml (para BIPAP)	31 frascos/mês
4.2.	Álcool à 70% líquido (frasco de 500ml)	02 litros/mês
4.3.	Álcool à 70% gel (frasco de 500ml)	2,5 litros/mês
4.4.	Sonda Boton para Gastrostomia - Mic-key – (16Fr – 1,5cm) – troca semestral ou (antes se houver necessidade)	01 unidade/semestre
4.5.	Cânula para traqueostomia BCI com cuff (ID 6,0cm e OD 8,7mm) - troca trimestral ou (antes se houver necessidade)	01 unidade/ trimestral
4.6.	Clorexidina aquosa não degermante – frasco de 1000ml	01 litro/mês
4.7.	Equipo para bomba infusora – 01 unidade/dia	31 unidades/mês
4.8.	Extensão para sonda Mic-Key – troca quinzenal	02 unidades/mês
4.9.	Fixador pra traqueostomia – troca diária	31 unidades/mês
4.10.	Fralda descartável (geriátrica tamanho P) - 10 trocas/dia *(o tamanho da fralda pode variar de acordo com o crescimento do adolescente)	310 unidades/mês
4.11.	Frasco de alimentação – 03 frascos de 500ml/dia	93 unidades/mês
4.12.	Gaze estéril (pacote com 10 unidades) – 04 pacotes/dia	124 pacotes/mês
4.13.	Hipoclorito (frasco de 01 litro)	01 litro/mês
4.14.	Lenço Umedecido – (pacote com 120 unidades)	17 pacotes/mês
4.15.	Luvras de procedimento vinil tamanho M – (caixa com 100 luvas)	02 caixas/mês

4.16.	Luvas de procedimento vinil tamanho G – (caixa com 100 luvas)	02 caixas/mês
4.17.	Luva plástica estéril - tamanho único (pacote com 100 unidades)	06 pacotes/mês
4.18.	Fita microporosa adesiva (tamanho 100mm x 10m)	02 rolos/mês
4.19.	Papel toalha – (pacote com 1000 unidades)	02 pacotes/mês
4.20.	Sabonete antisséptico (frasco com 01 litro)	03 litros/mês
4.21.	Seringa de 10 ml	40 unidades/mês
4.22.	Seringa de 20ml	40 unidades/mês
4.23.	Sonda de aspiração nº08 – 20 unidades/dia	620 unidades/mês
4.24.	Soro Fisiológico de 10ml – (ampolas)	50 unidades/mês
4.25.	Circuito para BIPAP	02 unidades/mês
4.26	Colchão Piramidal (caixa de ovo)	01 unidade/mês
4.27.	Espaço Morto (para traqueostomia)	02 unidades/mês
4.28.	Extensão de silicone (1,5m de comprimento)	02 unidades/mês
4.29.	Filtro Ultrafino para BIPAP	02 unidades/mês
4.30.	Órtese de MMII, em região posterior da perna para forçar a dorsiflexão e eversão do pé, não articulada, de material confortável (o par)	01 unidade/mês
4.31.	Tala extensora de punho e dedos de material confortável	01 unidade/mês
4.32.	Tampão ocular tamanho P – Utilizar 01 unidade/dia – (Caixa com 20 unidades)	02 caixas/mês
4.33.	Kit nebulização contínua com traqueia	01 unidade/mês
<b>5.0. NUTRIÇÃO:</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
5.1	Nutrição enteral - fórmula padrão em pó nutricionalmente completa e balanceada, normocalórica, normoproteica e normolipídica. Isenta de lactose /sem gluten	22 latas/mês

	<p>Densidade calórica: 1,0 kcal/mL.</p> <p>Contém 400g.— Dar por GTM 150ml de 7x/dia com pausa noturna</p> <p>OBS: A dieta pode ser alterada conforme o crescimento do adolescente.</p>	
5.2	<p>Emulsão de Lipídios, Composta por Triglicerídios de Cadeia Longa (canola e girassol de alto teor oleico). Fonte energética com elevada densidade calórica pronta para o uso oral ou enteral (4,5 Kcal/ml). É Composto pelos óleos de Canola (56%) e de Girassol de alto teor oleico (44%), apresentando o seguinte perfil lipídico: monoinsaturados (60,7% do VET), Poliinsaturados (28,6% do VET) e saturados (10,7% do VET). Alto teor ômega 3. Isento de vitaminas, minerais e proteínas. Não contém glúten. Sem sabor.</p> <p>Frasco com 200ml – 30ml 3x/dia</p>	15 Frascos/mês
<b>6.0. TRANSPORTE:</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
6.1	<p>Transporte de ambulância UTI (para emergências e exames especiais) *Ida e Volta</p>	05 /mês *(S/N)

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Valores estimados em sigilo para a realização do Processo Licitatório.]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Justifica-se o não parcelamento da solução, pois tecnicamente os serviços envolvidos no atendimento domiciliar são interdependentes entre si, devendo as responsabilidades das prestações dos serviços recaírem sobre uma única empresa, evitando confusão em eventual apuração de irregularidade contratual.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica, uma vez que todas as solicitações médicas prescritas deverão estar contempladas na contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Valores estimados em sigilo para a realização do Processo Licitatório.]*

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atendimento ao Mandado Judicial nº 4430120110030300.

COMARCA DE PIEDADE – 1ª VARA

A natureza da contratação justifica o fornecimento de serviços, medicamentos e insumos através da empresa contratada, pois são acessórios necessários a execução dos serviços. Além disso, visa evitar desassistência ao paciente e descumprimento de ordem judicial.

## 13. Providências a serem Adotadas

Atendimento ao Mandado Judicial nº 4430120110030300

COMARCA DE PIEDADE – 1ª VARA

A natureza da contratação justifica o fornecimento de medicamentos, serviços e insumos através da empresa contratada, pois são acessórios necessários a execução dos serviços. Além disso, visa evitar desassistência ao paciente e descumprimento de ordem judicial.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não tem.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável por se tratar de demanda judicial a ser cumprida.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**PATRICIA BUARQUE VALENTE GALHARDO**

Enfermeira responsável pela confecção do TR



*Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 11:53:46.*

**CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE MOURA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 13:20:46.*



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Estado da Saúde  
Ação judicial-CRS-DRS16-AJ

**TERMO**

**Nº do Processo:** 024.00025959/2025-37

**Interessado:** DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAUDE - DRS VI

**Assunto:** Solicitação de contratação de serviços terceirizados Home Care

**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

<b>TR GAJ N.º</b>	24/2025
<b>INTERESSADO:</b>	<b>MURILO THIAGO RODRIGUES MACHADO</b>
<b>PROCESSO JUDICIAL:</b>	4430120110030300 COMARCA DE PIEDADE – 1ª VARA

**OBJETO**

---

Serviço Terceirizado de Gerenciamento/Assistência de Saúde - Execução de Atividades Assistenciais a Pacientes Domiciliar (Home Care) para **MURILO THIAGO RODRIGUES MACHADO** em sua residência, pelos profissionais de saúde descritos neste Termo de Referência com fornecimento de equipamentos e demais insumos nas quantidades máximas mensais estimadas.

**JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Atendimento ao Mandado Judicial nº 4430120110030300, em trâmite na **COMARCA DE PIEDADE – 1ª VARA**

A natureza da contratação justifica o fornecimento de equipamentos, serviços e insumos através da empresa contratada, pois são acessórios necessários a execução dos serviços. Além disso, visa evitar desassistência ao paciente e descumprimento de ordem judicial.

**HISTÓRICO DO PACIENTE:**

O atendimento do menor hoje com 15 anos, com doença congênita definida pela medicina como Miopatia Mitocondrial, em uso de gastrostomia para alimentação enteral devido a dificuldade de deglutição desde 2011, conforme laudo médico da Dra. Mara Lúcia Corra CRM-069937. Hoje dependente de BIPAP para ventilação artificial. Constante em folhas 03 e 04 do processo judicial.

**DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

---



\*\* Indicação (S/N) = "se necessário" por indicação médica.

<b>1.0.EQUIPE MULTIPROFISSIONAL</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
1.1.	Técnico de enfermagem - 24h	31 plantões/mês
1.2.	Enfermeiro - visita semanal	04 visitas/mês
1.3.	Fisioterapia motora – 01 sessão/dia	31 sessões/mês
1.4.	Fisioterapia respiratória - 02 sessões/dia	62 sessões/mês
1.5.	Fonoaudióloga – 05 sessões/semana	20 sessões/mês
1.6.	Médico gastroenterologista – 01 visita mensal	01 visita/mês
1.7.	Médico pediatra – 01 visita/semana	05 visitas/mês
1.8.	Médico Neurologista infantil (a cada 03 meses)	01 visita/trimestral
1.9.	Nutricionista -01 visita quinzenal	02 visitas/mês
1.10.	Pneumologista – 01 visita/mês	01 visita/mês
1.11.	Psicólogo – 01 visita/quinzenal	02 visitas/mês
1.12.	Terapeuta Ocupacional – 04 sessões/semana	16 sessões/mês
1.13.	Odontologista – 01 visita/procedimento/mês	01 visita/mês
<b>2.0. EQUIPAMENTOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
2.1.	Ambú infantil	01 unidade/mês
2.2.	Aparelho de aspiração portátil de aspiração de cânula de traqueostomia e secreções (aspirador elétrico)	01 unidade/mês
2.3.	Bateria para Nobreak	01 unidade/mês
2.4.	BIPAP	01 unidade/mês
2.5.	Bomba de infusão	01 unidade/mês
2.6.	Inalador	01 unidade/mês
2.7.	Nobreak com 02 baterias externas compatíveis	01 unidade/mês
2.8.	Cilindro de Oxigênio 4m <sup>3</sup> (repor sempre que necessário)	20 unidades/mês
2.9.	Oxímetro de mesa	01 unidade/mês
2.10.	Oxímetro de pulso portátil	01 unidade/mês
2.11.	Suporte de soro para alimentação enteral	01 unidade/mês
2.12.	Válvulas para oxigênio	01 unidade/mês
<b>3.0. MEDICAMENTOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
3.1.	Sulfato de Salbutamol 2,5mg/2,5ml – (caixa com 20 Flaconetes) - Frasco com 2,5ml - Utilizar 06 gotas de 6/6h	04 caixas/mês
3.2.	Acetilcisteína Xarope 40mg/ml – Dar 7,5ml por GTM de 8/8h se necessário – (frasco com 120ml)	06 frascos/mês
3.3.	Acetilcisteína 100mg/ml - ampola para inalação – Nebulizar 01 ampola de 8/8h se necessário – (caixa	18 caixas/mês

	com 05 ampolas)	
3.4.	Adrenalina 1mg/ml – Ampolas de 1ml – Caixa com 01 ampola de 1ml – Nebulizar com 02 ampolas se sangramento traqueal até de 4/4h	15 ampolas/mês
3.5.	Brometo de Ipratrópio – Nebulizar 20 gotas de 8/8h	02 Frascos/mês
3.6.	Budesonida 32mcg – aplicar 02 jatos em cada narina de 12/12h (Frasco com 120 doses)	02 Frascos/mês
3.7.	Butilbrometo de Escopolamina Gotas + Dipirona Sódica – Dar 24 gotas de 8/8h via GTM se dor. (Frasco com 20 ml)	03 Frascos/mês
3.8.	Vitamina D 200un - Dar 05 gotas via GTM 1x/dia	02 Frascos/mês
3.9.	Loção oleosa a base de Triglicerídeos de Ácidos Cáprico e Caprílico, Óleo de girassol clarificado, Lecitina, Palmitato de retinol, Acetato de Tocoferol e Alfa-Tocoferol. (frasco com 200ml) - Aplicar no corpo 4x/dia	02 frascos/mês
3.10.	Dipirona gotas – (frasco de 20 ml) – Dar 24 gotas via GTM de 6/6h em caso de dor	02 Frascos/mês
3.11.	Domperidona solução 1mg/ml – (Frasco com 100ml) – Dar 10ml Via GTM de 8/8h	08 Frascos/mês
3.12.	Saccharomyces boulardii - Pó oral 200 mg/g – Dar 01 sachê de 12/12h em caso de diarreia – (Caixa com 04 envelopes com 1g)	02 Caixas/mês
3.13.	Ibuprofeno – 100mg/ml – Dar 24 gotas via GTM de 8/8h em caso de dor ou febre – (frasco com 20ml)	03 Frascos/mês
3.14.	Polivitamínico Suspensão Oral Tutti-Frutti - composto por uma seleção balanceada de vitaminas e minerais, incluindo vitaminas A, C, D, E, complexo B, zinco, ferro e outros nutrientes essenciais para o crescimento saudável e o desenvolvimento infantil. – Frasco com 100ml – Dar 05ml via GTM 1x/dia	02 Frascos/mês
3.15.	Lactulose Xarope oral 667 mg/ml – Dar 10 ml via GTM 1x/dia – (Frasco com 120ml)	03 Frascos/mês
3.16.	Simeticona gotas – Dar 24 gotas de 8/8h em caso de gases (frasco com 15ml)	08 Frascos/mês
3.17.	Omeprazol 20mg – Dar 01 cp via GTM de manhã em jejum – (Caixa com 28 comprimidos)	02 caixas/mês
3.18.	Fosfato Sódico de Prednisolona 3mg/ml – Dar 8ml via GTM 1x/dia se necessário	04 Frascos/mês
3.19.	Cetoprofeno 20mg/ml Gotas – Dar GTM 24 gotas de 8/8h em caso de dor (frasco com 20ml)	03 Frascos/mês
3.20.	Salbutamol 100mcg – Aplicar 04 puffs na TQT de 6/6h se necessário (Frasco spray com 200 doses)	05 Frascos/mês
3.21.	Fumarato de Formoterol Di-Hidratado + Budesonida – (Frasco com 120 doses) – Aplicar 01 Puff via TQT de 12/12h	01 Frasco/mês
3.22.	Pomada óxido de zinco com nistatina – (Bisnaga com 60gr) – aplicar em região perineal a cada troca de fraldas	04 Bisnagas/mês
3.23.	Hialuronato de sódio 0,15% colírio – pingar 01 gota em ambos olhos de 2/2h- (frasco com 10ml)	04 Frascos/mês

3.24.	Macrogol 3350 17g – Dar 01 sachê via GTM 1x/dia- (caixa com 14 envelopes com 17,5 g)	03 caixas/mês
3.25.	Pomada Kolagenase com Clorafenicol – aplicar nas lesões 3x/dia se necessário – (Bisnaga com 50g)	01 Bisnaga/mês
3.26.	Dexpantenol 50mg/g – gel oftálmico estéril – Aplicar em ambos os olhos a cada 8h – (bisnaga com 10 g)	02 Frascos/mês
3.27.	Cloridrato de moxifloxacino 5,45mg/ml Colírio ( Solução oftálmica estéril) – Pingar 01 gota em ambos os olhos de 6/6h – (Frasco com 05 ml)	03 Frascos/mês
3.28.	Amoxicilina com Clavulanato 400 + 57.5 ml – Dar 8ml via GTM se necessário por 10 dias – (Frasco com 70ml)	02 Frascos/mês *S/N
3.29.	Axetilcefuroxima Pó Suspensão 250mg/5ml - (frasco com 50ml) – Dar 5ml de 12/12h se necessário por 10 dias	02 Frascos/mês *S/N
3.30.	Ceftriaxona 1g – aplicar 1g IM de 12/12h se necessário por 10 dias – (caixa com 01 frasco ampola de 1g + 01 ampola diluente de 3,5ml)	10 ampolas/mês *S/N
3.31.	Cefaclor 375mg/5ml – Dar 6ml via GTM de 12/12h se necessário por 10 dias (Frasco com 100ml)	02 Frascos/mês *S/N
3.32.	Azitromicina 200mg/5ml – dar 6ml via GTM 1x/dia se necessário por 10 dias - (caixa com 1 frasco com 1500mg de pó para solução de uso oral + 1 frasco com 22mL de diluente + seringa dosadora)	03 Frascos/mês *S/N
3.33.	Cefadroxila 250/5ml Suspensão- (Pó para suspensão oral Frasco com 100ml) – Dar 7,5ml de 12/12h se necessário por 10 dias	01 frasco/mês *S/N
3.34.	Claritromicina 250mg/5ml – Dar 5ml de 12/12h se necessário por 10 dias – (Frasco com 60ml)	02 Frascos/mês *S/N
3.35.	Vitamina C 500mg – Dar 01 cápsula 1x/dia – (Caixa com 30 cápsulas)	02 Caixas/mês
3.36.	Vitamina E 200mg – Dar 01 cápsula 1x/dia -(Frasco com 60 cápsulas)	01 Frasco/mês
3.37.	Coenzima Q10 100mg – Dar GTM 02 sachês 8/8 – (Caixa com 30 sachês)	186 sachês/mês
3.38.	Tiamina 10mg + Riboflavina 50mg + Piridoxina 900mcg +L carnitina 900mg + Biotina 5mg + Cobalamina 50mcg - (manipulado) – Dar 01 sachê 2x/dia	62 sachês/mês
3.39.	Antisséptico bucal - Clorexedine 12% + Aroma de menta 0,5% + água destilada qsp 200ml +aroma de Tutti frutti + sem álcool na composição – (manipulado) – Frasco de 200ml - Aplicar na boca 2x/dia	01 Frasco /mês

3.40.	Soro Fisiológico 0,9% - (frasco de 500 ml) - Uso na nebulização contínua	15 frascos/mês
3.41.	Solução oral dipirona 500mg + adifenina 10mg + prometazina 5mg gotas – Dar 20 gotas via GTM se dor até 8/8h - (Frasco com 20 ml) Se necessário	03 frascos/mês *S/N
3.42.	Cefdinir - 250mg - Pó para suspensão oral 250 mg/ 5 ml: embalagem com 1 frasco de 100mL. Dar GTM 7ml 1x/dia por 10 dias – Se necessário	01 frasco/mês *S/N
3.43.	Pomada para prevenção de assaduras - Óleo de calêndula: ação anti-inflamatória. Óxido de zinco: ação absorvente, secante, e protetora, minimiza a fricção da pele. Óleo de amêndoa doce e lanolina: ação hidratante. – Uso a cada troca de fraldas. (Bisnaga de 120g)	03 bisnagas/mês
3.44.	Pomada Cetoconazol 20 mg + Dipropionato de Betametasona 0,64 mg – aplicar em região genital – Bisnaga de 30g - Se necessário	01 bisnaga/mês *S/N
3.45.	Xarope – Levocetirizina 2,5/ml – frasco de 120ml – 4ml/dia	02 frascos/mês
<b>4.0. MATERIAIS / INSUMOS</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
4.1.	Água destilada 500ml (para BIPAP)	31 frascos/mês
4.2.	Álcool à 70% líquido (frasco de 500ml)	02 litros/mês
4.3.	Álcool à 70% gel (frasco de 500ml)	2,5 litros/mês
4.4.	Sonda Botton para Gastrostomia - Mic-key – (16Fr – 1,5cm) – troca semestral ou (antes se houver necessidade)	01 unidade/semestre
4.5.	Cânula para traqueostomia BCI com cuff (ID 6,0cm e OD 8,7mm) - troca trimestral ou (antes se houver necessidade)	01 unidade/ trimestral
4.6.	Clorexidina aquosa não degermante – frasco de 1000ml	01 litro/mês
4.7.	Equipo para bomba infusora – 01 unidade/dia	31 unidades/mês
4.8.	Extensão para sonda Mic-Key – troca quinzenal	02 unidades/mês
4.9.	Fixador pra traqueostomia – troca diária	31 unidades/mês
4.10.	Fralda descartável (geriátrica tamanho P) - 10 trocas/dia *(o tamanho da fralda pode variar de acordo com o crescimento do adolescente)	310 unidades/mês
4.11.	Frasco de alimentação – 03 frascos de 500ml/dia	93 unidades/mês
4.12.	Gaze estéril (pacote com 10 unidades) – 04 pacotes/dia	124 pacotes/mês
4.13.	Hipoclorito (frasco de 01 litro)	01 litro/mês
4.14.	Lenço Umedecido – (pacote com 120 unidades)	17 pacotes/mês
4.15.	Luvas de procedimento vinil tamanho M – (caixa com 100 luvas)	02 caixas/mês
4.16.	Luvas de procedimento vinil tamanho G – (caixa com 100 luvas)	02 caixas/mês
4.17.	Luva plástica estéril - tamanho único (pacote com 100 unidades)	06 pacotes/mês
4.18.	Fita microporosa adesiva (tamanho 100mm x 10m)	02 rolos/mês

4.19.	Papel toalha – (pacote com 1000 unidades)	02 pacotes/mês
4.20.	Sabonete antisséptico (frasco com 01 litro)	03 litros/mês
4.21.	Seringa de 10 ml	40 unidades/mês
4.22.	Seringa de 20ml	40 unidades/mês
4.23.	Sonda de aspiração nº08 – 20 unidades/dia	620 unidades/mês
4.24.	Soro Fisiológico de 10ml – (ampolas)	50 unidades/mês
4.25.	Circuito para BIPAP	02 unidades/mês
4.26.	Colchão Piramidal (caixa de ovo)	01 unidade/mês
4.27.	Espaço Morto (para traqueostomia)	02 unidades/mês
4.28.	Extensão de silicone (1,5m de comprimento)	02 unidades/mês
4.29.	Filtro Ultrafino para BIPAP	02 unidades/mês
4.30.	Órtese de MMII, em região posterior da perna para forçar a dorsiflexão e eversão do pé, não articulada, de material confortável (o par)	01 unidade/mês
4.31.	Tala extensora de punho e dedos de material confortável	01 unidade/mês
4.32.	Tampão ocular tamanho P – Utilizar 01 unidade/dia – (Caixa com 20 unidades)	02 caixas/mês
4.33.	Kit nebulização contínua com traqueia	01 unidade/mês
<b>5.0. NUTRIÇÃO:</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
5.1	<p>Nutrição enteral - fórmula padrão em pó nutricionalmente completa e balanceada, normocalórica, normoproteica e normolipídica. Isenta de lactose /sem gluten</p> <p>Densidade calórica: 1,0 kcal/mL.</p> <p>Contém 400g.– Dar por GTM 150ml de 7x/dia com pausa noturna</p> <p>OBS: A dieta pode ser alterada conforme o crescimento do adolescente.</p>	22 latas/mês
5.2	<p>Emulsão de Lipídios, Composta por Triglicerídios de Cadeia Longa (canola e girassol de alto teor oleico). Fonte energética com elevada densidade calórica pronta para o uso oral ou enteral (4,5 Kcal/ml). É Composto pelos óleos de Canola (56%) e de Girassol de alto teor oleico (44%), apresentando o seguinte perfil lipídico: monoinsaturados (60,7% do VET), Poliinsaturados (28,6% do VET) e saturados (10,7% do VET). Alto teor ômega 3. Isento de vitaminas, minerais e proteínas. Não contém glúten. Sem sabor.</p> <p>Frasco com 200ml – 30ml 3x/dia</p>	15 Frascos/mês
<b>6.0. TRANSPORTE:</b>		<b>Quantidades máximas / mês:</b>
6.1	Transporte de ambulância UTI (para emergências e exames especiais) *Ida e Volta	05 /mês *(S/N)

## PESSOAL

---

A empresa deverá fornecer pessoal técnico especializado para a execução dos serviços descritos, devidamente uniformizados, identificados por crachá e fazendo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), adequados à atividade exercida.

Na ocasião da assinatura do contrato a contratada deverá fornecer a relação do pessoal que realizará os trabalhos e escala de trabalho, incluindo o técnico responsável, que acompanhará a execução contratual nas dependências da residência do paciente.

A contratada deverá fazer cumprir as normas disciplinares, de segurança e as determinações emanadas da fiscalização do Estado de São Paulo, bem como as exigências das leis trabalhistas, previdenciárias e sindicais relativamente aos empregados envolvidos na execução dos serviços, fazendo prova dos recolhimentos devidos quando requeridos.

Os profissionais enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem deverão possuir vínculo empregatício junto à contratada com os devidos recolhimentos das obrigações trabalhistas. De acordo com o *PARECER DE CÂMARA TÉCNICA nº 0042/2021 – CTLN/DGEP/COFEN*

A empresa deverá fornecer, em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato: A relação do pessoal que realizará os trabalhos, incluindo o Responsável Técnico, que acompanhará a execução contratual nas dependências da residência dos pacientes.

Cópia do registro ativo dos profissionais, médico responsável e enfermeira responsável, nos respectivos conselhos, bem como do Responsável Técnico.

Deverá ser encaminhada ao Gestor do contrato uma escala mensal dos profissionais que prestarão a assistência domiciliar.

A contratada deverá disponibilizar para o responsável legal do paciente, no último dia de cada mês, a escala mensal para o mês seguinte, dos profissionais que prestarão assistência domiciliar incluindo os dias de folgas e os folguistas que cobrirão a escala.

## CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

---

A contratada deverá formalizar com a família do paciente um contrato de convivência, com esclarecimento das atribuições de cada profissional, evitando desvios de função

## DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

---

Os serviços serão executados nas dependências do domicílio do paciente, sito **Estrada dos Lavradores, Km 09, Bairro Piraporinha – Piedade- S.P., CEP: 18170-000 conforme autos do processo judicial.**

Em caso de mudança de residência o Departamento Regional de Saúde deverá ser informado para continuidade da assistência domiciliar.

## FISCALIZAÇÃO

---

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

## **DA EXECUÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

É dever da CONTRATADA com relação à execução dos serviços:

Fornecer mensalmente os itens constantes neste termo de referência, com recibo de entrega que deverá ser conferido e assinado pelo responsável do paciente no ato da entrega.

Entregar mensalmente, declaração a respeito de disponibilidade e funcionamento dos equipamentos locados (se houver), assinada pelo responsável do paciente.

Entregar toda documentação pertinente à prestação de serviço que deverá ser assinada pelos responsáveis dos pacientes e profissionais. (não deve conter rasuras, nem estar ilegível).

Encaminhar relatório justificando o uso do serviço de remoção (se contratado), em data especificada, constando origem-destino e assinado pelo responsável do paciente. A remoção (se contratada) deverá ser considerada como ida e volta do paciente.

Garantir que visitas com contratadas "1x por semana" sejam realizadas com intervalos de 7 dias corridos, assim como as contratadas "2x por semana" sejam realizadas com intervalos de 3 ou 4 dias corridos e as "2x por mês" com intervalos de 15 dias corridos.

## **DA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO**

---

A CONTRATADA deverá elaborar durante a prestação do serviço Projeto Executivo que correspondera ao conjunto dos elementos necessário e suficiente à execução completa do objeto contratado, de acordo com normas pertinentes da associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT. O Projeto Executivo deverá ser apresentado à CONTRATADA no prazo de 30 dias após a assinatura do contrato.

---

## **PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, igual ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

Sorocaba, 12 de setembro de 2025.

### **Elaborado por:**

Patricia Buarque Valente Galhardo  
Enfermeiro  
GAJ-DRS XVI – Sorocaba



**De acordo:**

Jaqueline Ferreira Dos Santos  
Assessor Técnico De Saúde II  
GAJ-DRS XVI - Sorocaba



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Buarque Valente Galhardo, Enfermeiro**, em 12/09/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Ferreira Dos Santos, A.T.P.A.S II**, em 12/09/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0057049875** e o código CRC **68708663**.



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Gabinete do Secretário - Assistência Técnica Administrativa 5**

**Resolução SS nº 05, de 1 de abril de 2024**

**Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas**

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

**RESOLVE:**

**I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

**I - advertência;**

**II** – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;



2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

### **II.1 – Da Advertência**

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à

Administração.

## **II.2 – Da Multa**

**Artigo 5º** - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

**I** - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**II** - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**§ 1º** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

**§2º**- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

**§ 3º** – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

**Artigo 7º** - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo



convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo



determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

## **II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

**I** – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

**II** – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

**III** – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

**IV** – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

**§ 1º** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**§ 2º** – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

## **II.4 – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar



no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### **III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as



consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

**Artigo 17** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos



termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

**Artigo 18** – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 19** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

**Artigo 20** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 21** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 22** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.



**Artigo 23** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 24** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 25** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 26** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

**Artigo 27** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e,



neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 28** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, **quando a medida se revelar de interesse público**, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 29** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 30** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 31** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade,



no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo Único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 32** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Eleuses Vieira De Paiva, SECRETÁRIO DE SAÚDE**, em 01/04/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023713141** e o código CRC **4627C08B**.